



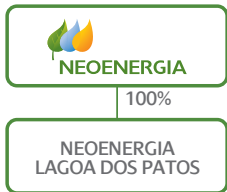
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA LAGOA DOS PATOS TRANSMISSÃO DE ENERGIAS S.A.

A Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. 1.1. **Estrutura Societária:** Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compostas pelo terceiro circuito da Linha de Transmissão Povo Novo - Guaíba 3, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 245,7 km, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Guaíba 3; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Capivari do Sul - Siderópolis 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 251,5 km, com origem na Subestação Capivari do Sul e término na Subestação Siderópolis 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Livramento 3 - Santa Maria 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 244,5 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Siderópolis 2 - Forquilha, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 27,6 km, com origem na Subestação Siderópolis 2 e término na Subestação Forquilha; pelo Compensador Síncrono na SE Marmeleiro, em 525 kV, -90/+150 Mvar; pelo Compensador Síncrono na SE Livramento 3, em 230 kV, -90/+150 Mvar. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 120.925, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	3	379.620	375.683
Custos dos serviços		(226.571)	(275.977)
Custos de construção	4	(224.949)	(275.003)
Custos dos serviços	4	(1.622)	(974)
Lucro bruto		153.049	99.706
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(2.164)	(1.159)
Lucro operacional		150.885	98.547
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	2.391	408
Despesas financeiras	5	(15.990)	(22)
Outros resultados financeiros, líquidos	5	(275)	(13)
		(13.874)	373
Lucro antes dos tributos		137.011	98.920
Tributos sobre o lucro		(46.584)	(33.633)
Difido	6	(46.584)	(33.633)
Lucro líquido do exercício		90.427	65.287
Lucro básico e diluído por ação - R\$:	14.2	0,39	0,33

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Lucro líquido do exercício		90.427	65.287
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		90.427	65.287

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	90.427	65.287
Ajustado por:		
Amortização	7	8
Tributos sobre o lucro	46.584	33.633
Resultado financeiro, líquido	13.874	(373)
Variações de ativos e passivos:		
Concessão de serviço público (ativo contratual)	(414.571)	(409.128)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(19.729)	99.233
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	933	1.195
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	42.512	46.033
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(7.905)	(7.540)
Estoques	(26.437)	-
Adiantamento a fornecedores	(38.652)	(8.364)
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.629)	12.639
Caixa líquidos consumido nas operações	(316.586)	(167.377)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	2.399	401
Tributos sobre o lucro pagos	-	(22)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(314.187)	(166.998)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.774)	(45)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(1.774)	(45)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	14.926	168.446
Captação de empréstimos e financiamentos	155.000	-
Mútuos recebidos (aplicados)	164.977	-
Caixa oriundo das atividades de financiamento	334.903	168.446
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	18.942	1.403
Caixa e equivalentes no início do exercício	10.875	9.472
Caixa e equivalentes no final do exercício	29.817	10.875

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compostas pelo terceiro circuito da Linha de Transmissão Povo Novo - Guaíba 3, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 245,7 km, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Guaíba 3; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Capivari do Sul - Siderópolis 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 251,5 km, com origem na Subestação Capivari do Sul e término na Subestação Siderópolis 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Livramento 3 - Santa Maria 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 244,5 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Siderópolis 2 - Forquilha, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 27,6 km, com origem na Subestação Siderópolis 2 e término na Subestação Forquilha; pelo Compensador Síncrono na SE Marmeleiro, em 525 kV, -90/+150 Mvar; pelo Compensador Síncrono na SE Livramento 3, em 230 kV, -90/+150 Mvar. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$120.925 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos. 1.1. **Corona vírus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. b) **Impactos nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance da Companhia para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento. 1.2. **Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas	Capacidade de Transmissão (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 525 kV Capivari do Sul - Siderópolis 2	-	22/03/2024	22/03/2049
LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3	1 525kV	22/03/2024	22/03/2049
LT 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3	1 230kV	22/03/2024	22/03/2049
LT 230 kV Siderópolis 2 - Forquilha	1 230kV	22/03/2024	22/03/2049

3.2. Subestação em construção

Projeto Subestação - Características Físicas	Capacidade de Transmissão (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE 525 kV Marmeleiro Síncrono	525kV	22/03/2024	22/03/2049
SE 230 kV Livramento 3 Síncrono	230kV	22/03/2024	22/03/2049

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos com um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício em 31/12/2021 (R\$ Mil)	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício em 31/12/2021 (R\$ Mil)
Linha de Transmissão				
LT 525 kV Capivari do Sul - Siderópolis 2	-	-	-	-
LT 525 kV Povo Novo - Guaíba 3	28%	276.454	49%	224.949
LT 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3	-	-	-	-
LT 230 kV Siderópolis 2 - Forquilha	-	-	-	-
SE 525 kV Marmeleiro Síncrono	-	-	-	-
SE 230 kV Livramento 3 Síncrono	-	-	-	-

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$120.925.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas

RAP Pro - Anual (R\$ mil)	Degrau da RAP (R\$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção
43.654	7.256	Julho	IPCA
41.477	6.167	Julho	IPCA
18.985	-	Julho	IPCA
3.386	-	Julho	IPCA

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.817	10.875
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	701	218
Outros tributos a recuperar		135	81
Concessão do serviço público (ativo contratual)	8	48.532	-
Adiantamento a fornecedores	9	47.016	8.364
Estoques	9	26.437	-
Outros ativos		293	607
Total do circulante		152.931	20.145
Não circulante			
Depósitos judiciais	12	15.572	7.567
Concessão do serviço público (ativo contratual)	8	836.399	466.617
Outros ativos		3	3
Imobilizado		1.726	-
Intangível		110	69
Total do não circulante		853.810	474.256
Total do ativo		1.006.741	494.401
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	82.632	102.086
Empréstimos e financiamentos	11	160.402	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		2.606	1.673
Outros tributos a recolher	6.2	7.808	3.336
Indenizações fundiárias a pagar		6.312	15.177
Contas a pagar de operações de mútuo	13	174.612	-
Outros passivos		2.863	253
Total do circulante		437.235	122.525
Não circulante			
Outros tributos a recolher	6.2	81.856	43.162
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	83.587	37.003
Provisões	12	13.460	9.717
Outros passivos		4.673	1.417
Total do não circulante		183.576	91.299
Patrimônio líquido	14	385.930	280.577
Atribuído aos acionistas da Companhia		385.930	280.577
Total do patrimônio líquido		385.930	280.577
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.006.741	494.401

denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divididos com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.2. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. 1.2.3. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11.2.b). 1.2.4. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. E realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional

Banco do Brasil	Moody's	S&P	Fitch
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	AAA	AAA

1.3. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Período da vigência	Importância segurada
Seguro Garantia	22/03/2019 a 18/04/2025	60.750

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. **BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conffi-

Projeto de Subestação - Características Físicas

Subestação	Propriedade	RAP Pro - Anual (R\$ mil)	Degrau da RAP (R\$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE 525 kV Marmeleiro Síncrono	Neoenergia Lagoa dos Patos	120.925	7.256	Julho	IPCA
SE 230 kV Livramento 3 Síncrono	Neoenergia Lagoa dos Patos	-	6.167	Julho	IPCA

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os resultados da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. 6.1. **Resultado Econômico Financeiro:**

DRE (R\$ mil)	2021	2020	Variação R\$	%
(+) Receita líquida	379.620	375.683	3.937	1%
MARGEM BRUTA	379.620	375.683	3.937	-
(-) Custos de construção	(224.949)	(275.003)	50.054	-18%
(+) Outros custos	(1.622)	(974)	(648)	67%
(-) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(2.164)	(1.159)	(1.005)	87%
Resultado Operacional	(228.278)	(277.128)	48.400	-17%
EBITDA	150.892	98.555	52.337	53%
(-) Depreciação	(7)	(8)	1	0%
(-) Resultado Financeiro	(13.874)	373 (14.247)	-38202	-
(-) IR/CS	(46.584)	(33.633)	(12.951)	39%
Lucro Líquido	90.427	65.287	25.140	39%

A Margem Bruta da Companhia no ano alcançou R\$ 379.620 mil, +1% vs. 2020 e R\$ 228.728 mil, -17% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior, explicada pela evolução das obras

NEOENERGIA LAGOA DOS PATOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.439.014/0001-25 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5% a.a. e 11,5% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para a viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021			
	Custo de construção	Custos dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(10.333)	(1.601)	(1.858)	(13.792)
Material	(120.745)	(13)	-	(120.758)
Serviços de terceiros	(85.012)	-	(120)	(85.132)
Depreciação e amortização	-	-	(7)	(7)
Provisão para processos judiciais	-	-	(1)	(1)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outros	(8.859)	(8)	(177)	(9.044)
Total custos / despesas	(224.949)	(1.622)	(2.164)	(228.735)

	2020			
	Custo de construção	Custos dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(5.850)	(965)	(1.050)	(7.865)
Material	(177.196)	-	-	(177.196)
Serviços de terceiros	(56.449)	-	(99)	(56.548)
Indenizações fundiárias	(25.647)	-	-	(25.647)
Depreciação e amortização	-	-	(8)	(8)
Outros	(9.861)	(9)	(2)	(9.872)
Total custos / despesas	(275.003)	(974)	(1.159)	(277.136)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.399	401
(- PIS e COFINS sobre receita financeira)	(117)	(20)
Atualização de depósitos judiciais	100	27
Outras receitas financeiras	9	-
Despesas financeiras	2.391	408
Encargos de dívida	(6.355)	-
Encargos sobre mútuo	(9.612)	-
Outras despesas financeiras	(23)	(22)
Outros resultados financeiros, líquidos	(275)	(13)
Outras variações monetárias, líquidas	(275)	(13)
Resultado financeiro, líquido	(13.874)	373

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

6.1. Tributos sobre o lucro: 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	137.011	98.920
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(46.584)	(33.633)
Tributos sobre o lucro - diferido	(46.584)	(33.633)

6.2. Tributos diferidos

	2021	2020
Ativo		
Provisão participação nos lucros e resultados	1.954	1.067
Prejuízo fiscal e base negativa	17.381	895
Outros	327	42
Total diferenças temporárias - ativo	19.662	2.004
Passivo (-)		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(265.507)	(110.837)
Total diferenças temporárias - passivo	(265.507)	(110.837)
Total diferenças temporárias - líquido	(245.845)	(108.833)
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Tributos sobre o lucro diferidos passivo, líquido	(83.587)	(37.003)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	37.003	3.370
Efeitos reconhecidos no resultado	46.584	33.633
Saldo final do exercício	(83.587)	(37.003)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2022 e 2030
Ativo fiscal diferido	6.685

6.1.1.1. Tributos correntes ativos

	2021	2020
Imposto de renda - IR	687	204
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	14	14
Tributo sobre o lucro a recuperar	701	218
Circulante	701	218

6.2. Outros tributos a recolher:

	2021	2020
Programa de integração social - PIS ⁽¹⁾	14.601	7.699
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	67.257	35.464
Instituto nacional de seguridade social - INSS	170	144
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	72	33
Imposto sobre serviços - ISS	35	48
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.093	54
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	5.369	3.033
Outros	1.067	23
Circulante	89.664	46.498
Não circulante	7.808	3.336
	81.856	43.162

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

6.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	12	34
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	10.702
Fundos de investimento	29.805	139
	29.817	10.875

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	466.617	47.772
Receita de construção	356.904	402.340
Atualização monetária	61.410	16.505
Saldo final do exercício	884.931	466.617
Circulante	48.532	-
Não circulante	836.399	466.617

Durante o exercício de 2021 a Companhia efetuou adiantamentos a fornecedores no montante R\$47.016 (R\$8.364 em 31 de dezembro de 2020), que serão utilizados na construção das linhas de transmissão. 8.1. **Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

9. ESTOQUES

Por natureza, os estoques da Companhia estão compostos da seguinte forma:

	2021	2020
Máquinas e equipamentos	26.437	26.437
Total	26.437	26.437
Circulante	26.437	26.437

9.1. Política contábil: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de custo médio.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2021	2020
Materiais e serviços	82.632	102.086
Total	82.632	102.086
Circulante	82.632	102.086

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 167 dias, em média. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 10,32% a.a. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coibição da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional ou de investimento. Os juros incorridos são reconhecidos como custo de construção do ativo de contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dessas operações totalizou R\$41.026.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Dívida líquida:

	2021	2020
Empréstimos bancários	160.402	160.402
Empréstimos e financiamentos (nota 11.2.a))	160.402	160.402
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(29.817)	-
Dívida líquida	130.585	130.585

11.2. Empréstimos e financiamentos:

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2021	2020
Denominados em R\$	160.402	160.402
Indexados a taxas flutuantes	160.402	160.402
Circulante	160.402	160.402

b) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	160.402	160.402
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	155.000	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	5.402	-
Saldo final do exercício	160.402	160.402

11.3. Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisão para processos judiciais cíveis	13.460	9.717
	13.460	9.717
Circulante	13.460	9.717

12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados da seguinte forma:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	9.717	-
Adições e reversões, líquidas	1.464	9.151
Atualizações monetárias	2.279	566
Saldo final do exercício	13.460	9.717

b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis (i)	-	218
Processos fiscais (ii)	31	30
	31	248

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	10.473	7.567
Processos fiscais	5.099	-
	15.572	7.567

12.2. Política contábil e julgamentos críticos: d) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. e) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Neoenergia S.A. O contrato de mútuo é atualizado pela taxa de juros de 142,23% do CDI, com vencimento em julho de 2022.

Partes relacionadas	Principal	Encargos	2021
Neoenergia S.A.	165.000	9.612	174.612

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$223.564 (R\$208.638 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$230.058 subscrito e R\$6.494 a integralizar, dividido em 230.058,226 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 e 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
Acionista	Otdte.	%	R\$
Neoenergia S.A.	230.058	100%	223.564
Total	230.058	100%	223.564

14.2. Lucro por ação e remuneração do acionista: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	90.427	65.287
Média ponderada de ações em poder do acionista	230.058	198.940
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,39	0,33

b) **Remuneração ao acionista:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	90.427	65.287
Reserva legal	(4.521)	(3.264)
Lucro líquido ajustado	85.906	62.023
Destinação para reserva de Lucros a realizar	(85.906)	(62.023)